



**DIÁRIO ELETRÔNICO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**assessorialegislativa@mprs.mp.br**

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2021.

Edição n. 3007-A

**Nesta Edição: EXTRA**

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Demonstrativos de Despesas..... 2



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2021.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 3007-A

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MINISTERIO PUBLICO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Janeiro/20 a dezembro/20

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						
	LIQUIDADAS						
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>86.260.260,76</b>	<b>93.110.529,90</b>	<b>90.120.644,36</b>	<b>83.158.608,19</b>	<b>82.325.420,08</b>	<b>83.090.254,32</b>	<b>94.718.785,82</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>73.059.542,30</b>	<b>79.332.551,05</b>	<b>76.350.720,89</b>	<b>69.937.887,34</b>	<b>69.162.527,59</b>	<b>69.871.031,31</b>	<b>80.871.576,63</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	56.576.287,69	62.862.254,80	61.030.110,05	51.170.343,41	51.140.878,30	51.345.712,31	62.287.693,07
Obrigações Patronais	16.483.254,61	16.470.296,25	15.320.610,84	18.767.543,93	18.021.649,29	18.525.319,00	18.583.883,56
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>13.200.718,46</b>	<b>13.777.978,85</b>	<b>13.769.923,47</b>	<b>13.220.720,85</b>	<b>13.162.892,49</b>	<b>13.219.223,01</b>	<b>13.847.209,19</b>
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.045.617,37	13.434.048,00	13.435.729,09	13.092.304,28	13.040.240,48	13.097.703,84	13.518.074,05
Pensões	155.101,09	343.930,85	334.194,38	128.416,57	122.652,01	121.519,17	329.135,14
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>31.007.122,65</b>	<b>33.538.672,19</b>	<b>33.148.598,24</b>	<b>32.132.720,34</b>	<b>34.104.561,05</b>	<b>33.318.855,45</b>	<b>43.128.287,44</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	15.285,08	90.788,37	71.455,27	54.295,83	17.552,86	64.049,97	63.258,23
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	842.399,38	3.140.681,02	2.819.990,16	478.265,50	438.502,03	428.685,36	10.097.230,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.141.510,84	18.175.091,62	18.225.412,32	19.824.659,00	21.974.531,92	21.096.658,92	21.183.084,37
Demais Exclusões	12.007.927,35	12.132.111,18	12.031.740,49	11.775.500,01	11.673.974,24	11.729.461,20	11.784.714,39
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>55.253.138,11</b>	<b>59.571.857,71</b>	<b>56.972.046,12</b>	<b>51.025.887,85</b>	<b>48.220.859,03</b>	<b>49.771.398,87</b>	<b>51.590.498,38</b>



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2021.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 3007-A

DESPESA COM PESSOAL							INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>93.205.451,00</b>	<b>92.731.016,60</b>	<b>91.355.317,23</b>	<b>100.500.880,21</b>	<b>107.516.103,56</b>	<b>1.098.093.272,03</b>	<b>823.486,23</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>79.350.434,94</b>	<b>78.897.538,37</b>	<b>77.549.644,52</b>	<b>86.722.614,31</b>	<b>92.458.023,06</b>	<b>933.564.092,31</b>	<b>823.486,23</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	60.821.798,89	60.279.140,18	59.724.536,83	63.491.604,55	70.895.683,50	711.626.043,58	823.486,23
Obrigações Patronais	18.528.636,05	18.618.398,19	17.825.107,69	23.231.009,76	21.562.339,56	221.938.048,73	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>13.855.016,06</b>	<b>13.833.478,23</b>	<b>13.805.672,71</b>	<b>13.778.265,90</b>	<b>15.058.080,50</b>	<b>164.529.179,72</b>	<b>0,00</b>
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.517.897,58	13.503.602,66	13.480.451,95	13.452.426,12	14.265.970,41	160.884.065,83	0,00
Pensões	337.118,48	329.875,57	325.220,76	325.839,78	792.110,09	3.645.113,89	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>42.339.926,29</b>	<b>42.163.838,88</b>	<b>41.421.480,33</b>	<b>49.037.484,35</b>	<b>74.666.892,51</b>	<b>490.008.439,72</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	25.742,27	93.714,65	6.467,87	122.644,27	14.218,09	639.472,76	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.606.872,33	9.197.067,96	8.611.067,17	11.361.964,90	20.619.698,86	77.642.425,12	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.010.840,21	21.095.022,34	21.114.024,62	25.603.756,74	32.119.276,74	259.563.869,64	0,00
Demais Exclusões	11.696.471,48	11.778.033,93	11.689.920,67	11.949.118,44	21.913.698,82	152.162.672,20	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>50.865.524,71</b>	<b>50.567.177,72</b>	<b>49.933.836,90</b>	<b>51.463.395,86</b>	<b>32.849.211,05</b>	<b>608.084.832,31</b>	<b>823.486,23</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>					<b>VALOR</b>	<b>%SOBRE A RCL AJUSTADA</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					<b>42.073.517.608,88</b>		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)					<b>26.727.240,00</b>		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancadas (art. 166, § 16, da CF) (VI)					<b>64.498.442,00</b>		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)					<b>41.982.291.926,88</b>		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)					<b>608.908.318,54</b>	<b>1,45%</b>	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					839.645.838,54	2,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					797.663.546,61	1,90%	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					755.681.254,69	1,80%	



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2021.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 3007-A

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – Sistema FPE

Notas:

1. As colunas referentes aos meses de fevereiro, março e abril de 2020 na linha vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis sofreram alteração em relação ao publicado no primeiro quadrimestre de 2020, devido a inclusão nessa linha dos empenhados na rubrica 9405 (LP convertido em pecúnia) que totalizou naqueles 3 meses R\$776.656,74;

Foi efetuada em maio/2019 uma alteração de critérios entre as linhas Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e (-) Demais Exclusões, sem impactos no total da Despesa Líquida com Pessoal. Essa alteração ocasionou, no período de setembro/2018 a abril/2019, aumento de R\$ 215.159,85 em Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e redução no mesmo valor em (-) Demais Exclusões.

Foi efetuada em maio/2019 uma alteração de critérios entre as linhas Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e (-) Demais Exclusões, sem impactos no total da Despesa Líquida com Pessoal. Essa alteração ocasionou, no período de setembro/2018 a abril/2019, aumento de R\$ 215.159,85 em Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e redução no mesmo valor em (-) Demais Exclusões.

2. O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionistas como gastos de pessoal;

3. Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS;

4. Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações nºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno do TCE-RS em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente;

5. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

**FABIANO DALLAZEN**  
Procurador-Geral de Justiça

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**  
Diretor-Geral

**ROGERIO DA SILVA MEIRA,**  
Contador e Auditor-Geral do Estado



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2021.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 3007-A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MINISTÉRIO PÚBLICO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
JANEIRO A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras				Insuficiência Financeira Verificada no Consócio Público (f)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h)	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (l) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS ( I )</b>	<b>123.828.522,74</b>	<b>189.838,08</b>	<b>1.923.709,70</b>	<b>26.494.495,43</b>	<b>11.137.950,29</b>	-	<b>84.082.529,24</b>	<b>75.826.802,43</b>	-	<b>8.255.726,81</b>
Recursos Ordinários	123.828.522,74	189.838,08	1.923.709,70	26.494.495,43	11.137.950,29	-	84.082.529,24	75.826.802,43	-	8.255.726,81
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADO ( II )</b>	<b>98.008.942,94</b>	<b>1.731,44</b>	-	<b>51.872,94</b>	-	-	<b>97.955.338,56</b>	<b>863.538,43</b>	-	<b>97.091.800,13</b>
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados à Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados à Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados à Assistência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e Saúde)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	98.008.942,94	1.731,44	-	51.872,94	-	-	97.955.338,56	863.538,43	-	97.091.800,13
<b>TOTAL ( III ) = ( I + II )</b>	<b>221.837.465,68</b>	<b>191.569,52</b>	<b>1.923.709,70</b>	<b>26.546.368,37</b>	<b>11.137.950,29</b>	-	<b>182.037.867,80</b>	<b>76.690.340,86</b>	-	<b>105.347.526,94</b>

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

**FABIANO DALLAZEN**  
Procurador-Geral de Justiça

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**  
Diretor-Geral

**ROGÉRIO DA SILVA MEIRA**  
Contador e Auditor-Geral do Estado



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 28 de janeiro de 2021.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 3007-A

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MINISTERIO PUBLICO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	42.073.517.608,88
Receita Corrente Líquida Ajustada - Cálculo limites endividamento	42.046.790.368,88
Receita Corrente Líquida Ajustada - Cálculo Despesa com Pessoal	41.982.291.926,88

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	608.908.318,54	1,45%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2,00%	839.645.838,54	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	797.663.546,61	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,80%	755.681.254,69	1,80%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
<b>Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos</b>	<b>76.690.340,86</b>	<b>105.347.526,94</b>

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

**FABIANO DALLAZEN**  
Procurador-Geral de Justiça

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**  
Diretor-Geral

**ROGÉRIO DA SILVA MEIRA**  
Contador e Auditor-Geral do Estado